DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 3183/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/29031/2016
PROTOCOLO	: 1720076
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL
ORDENADOR (A)	: LUIZ FELIPE BARRETO DE MAGALHAES
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO Nº 257/2016
RELATOR (A)	: JERSON DOMINGOS
CONTRATADO (A)	: LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS - ME
PROCEDIMENTO	: PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2016
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
VALOR	: R$ 149.820,13 (CENTO E QUARENTA E NOVE MIL, OITOCENTOS E VINTE REAIS E TREZE CENTAVOS).

Versam os autos sobre o Contrato nº 257/2016, originário do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 073/2016, o seu 1º Termo Aditivo, celebrado entre o Município de Chapadão do Sul e a empresa Lucelene Barbosa Nunes Assis - ME., a respectiva execução financeira, tendo como objeto a aquisição de materiais de expediente, para atender as secretarias municipais.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo, através da Análise ANA-3ªICE-2340/2018 (fls. 117 - 124), manifestou-se pela regularidade do instrumento contratual, da formalização do aditamento e da execução financeira.

O Ministério Público de Contas, na mesma linha de entendimento, através do parecer PAR-3ªPRC-4990/2018 (fl. 125), manifestou-se pela regularidade da formalização contratual, da formalização do 1º Termo Aditivo e da execução financeira.

É o relatório.

DECISÃO

Da análise dos autos, no que se refere ao procedimento licitatório Pregão Presencial nº 073/2016, verifica-se que o mesmo já foi julgado por esta Corte de Contas

através da Decisão Singular DSG – G.JD – 8621/2017, constante no processo TC/MS nº 25398/2016 pela regularidade.

O Contrato nº 257/2012 encontra-se de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como na Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011, em consonância com as exigências do procedimento licitatório, assim como o respectivo aditamento (1º).

A síntese financeira do instrumento, demonstrada na planilha apresentada pelo Corpo Técnico da 3º Inspetoria de Controle Externo, assim resultou:

Notas de Empenho	R$ 21.539,19
Notas Fiscais	R$ 21.539,19
Notas de Pagamentos	R$ 21.539,19

Assim, a despesa restou devidamente comprovada pelas notas fiscais, ordens de pagamentos e outros documentos de natureza contábil, de acordo com as normas de finanças públicas prescritas na Lei Federal nº 4.320/64[1] e com as determinações contidas na legislação regente[2].

Ante o exposto, acolho a análise da 3ª ICE – Inspetoria de Controle Externo e o parecer do Ministério Público de Contas e **DECIDO**:

I – Pela **REGULARIDADE** da formalização do Contrato nº 257/2016, celebrado entre o Município de Chapadão do Sul e a empresa Lucelene Barbosa Nunes Assis - ME., nos termos do art. 120, II, da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

II – pela **REGULARIDADE** da formalização do 1º Termo Aditivo contratual, com base no art. 120, §4º, da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

[1] Lei que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5, XV, b, da Constituição Federal.
[2] Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Federal nº 4.320/64 e Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

III – pela **REGULARIDADE** da execução financeira da contratação em análise, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c. o art. 120, III da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

IV - pela **QUITAÇÃO** ao responsável, nos moldes do art. 60[3], da Lei Complementar nº 160/2012 c/c. com o art. 171[4], da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

V - pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50[5] da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º[6], do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

Campo Grande/MS, 10 de abril de 2018.

Jerson Domingos
Conselheiro Relator

SMSC

[3] Art. 60. Vale como quitação ao jurisdicionado a publicação no DOTCE/MS da decisão definitiva que tenha julgado regular, inclusive com ressalvas, sua prestação de contas.
Parágrafo único. Julgada regular a prestação de contas, a pessoa legitimamente interessada pode requerer ao Tribunal a certidão de quitação.
[4] Se da efetividade do controle externo do Tribunal resultar demonstrada a regularidade, ainda que com ressalva, das contas prestadas pelo jurisdicionado, ser-lhe-á dada quitação (Lei Complementar nº 160/2012, arts. 59, *caput*, I e II, e §§ 1º, 2º e 3º, e 60).
[5] Art. 50. As intimações dos atos processuais e demais comunicações do Tribunal podem ser realizadas dos seguintes modos ou formas:
I - pelo Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (DOTCE/MS);
II - por correspondência física ou eletrônica, com a prova do recebimento;
III - em portal eletrônico do Tribunal de Contas;
IV - pela autoridade competente, provada com a assinatura do jurisdicionado, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa ou de impossibilidade para assinar, com a declaração escrita daquela autoridade.
Parágrafo único. A intimação por edital deve ser realizada na forma estabelecida nas disposições do inciso I, conforme a disciplina do regulamento.
[6] Art. 70. Decisão Singular é o instrumento de formalização do ato de Conselheiro, no exercício do Juízo Singular (arts. 9º e 10º), inclusive no caso de apreciação da legalidade de ato de pessoal para o fim de registro.
(...)
§2º Apreciada ou decidida singularmente a matéria do processo, os autos serão remetidos ao Cartório para a publicação do ato e as demais providências cabíveis.